

Políticas públicas de turismo no Brasil: uma análise dos pleitos direcionados para o desenvolvimento do turismo no estado de São Paulo

Public tourism policies in Brazil: an analysis of claims directed to the development of tourism in the state of São Paulo

Políticas públicas de turismo en Brasil: un análisis de los proyectos dirigida al desarrollo del turismo en el estado de São Paulo

Aracelis Gois Morales Rigoldi¹

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior²

Valéria Rueda Elias Spers³

Marli Terezinha Vieira⁴

Este artigo foi recebido em 20 de abril de 2022 e aprovado em 08 de setembro de 2023

Resumo: O estado de São Paulo apresenta uma política pública de turismo diferenciada perante aos demais estados brasileiros, que a partir de legislações específicas, por meio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos da Secretaria Estadual de Turismo e Viagens (DADETUR), o Estado disponibiliza recursos financeiros para aplicação de projetos em infraestrutura focada o desenvolvimento do turismo para os municípios decretados estâncias. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo verificar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2021, identificando o andamento dessas obras realizadas e direcionadas ao fomento do turismo para a viabilidade da política pública de turismo voltadas para as estâncias paulistas. Metodologicamente o estudo é descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. As coletas das informações ocorreram nos anos de 2017 a 2021 na sede da Secretaria de Turismo e Viagens do estado de São Paulo. Os resultados demonstraram que a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre com os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento da atividade, revelando que a maioria dos pleitos delimitados na pesquisa são destinados para execução de obras de infraestrutura básica urbana.

Palavras-chave: Turismo. Políticas públicas. Políticas públicas de turismo. Estâncias turísticas. Estado de São Paulo.

Abstract: The state of São Paulo presents a different public tourism policy compared to other Brazilian states, which, based on specific legislation, through the Department of Support for the Development of Tourist Municipalities of the State Secretariat of Tourism and Travel (DADETUR), the State provides financial resources for implementing projects for infrastructure focused on the development of tourism for municipalities declared resorts. In this sense, the research aims to verify the claims/works coming from DADETUR resources in the period from 2015 to 2021, in order to identify the progress of these works carried out and aimed at promoting tourism for the viability of public tourism policy at São Paulo resorts. Methodologically, the study is descriptive and exploratory, with a qualitative approach. Information was collected between 2017 and 2021 at the headquarters of the Secretariat of Tourism and Travel of the state of São Paulo. The results demonstrated that the main public tourism policy in the state of São Paulo does not meet the objectives of the proposal to promote tourism for the development of the activity, revealing that the majority of areas delimited in the research are intended for carrying out basic infrastructure work.

Keywords: Tourism. Public policy. Public tourism policies. Tourist resorts. State of São Paulo.

Resumen: El estado de São Paulo presenta una política pública de turismo diferente a la de otros estados brasileños, que, con base en una legislación específica, a través del Departamento de Apoyo al Desarrollo de los Municipios Turísticos de la Secretaría de Estado de Turismo y Viajes (DADETUR), el Estado brinda Recursos financieros para la ejecución de proyectos de infraestructura enfocados al desarrollo turístico de los municipios declarados balnearios. En este sentido, la investigación tiene como objetivo verificar los reclamos/obras

¹**Formação/curso:** Doutora em Administração. **Instituição:** INSTITUIÇÃO DA ALTA PAULISTA - FADAP/FAP, Tupã - SP, Brasil e, REGES- Osvaldo Cruz – SP, Brasil. **E-mail:** aracelisgm@hotmail.com

²**Formação/curso:** Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. **Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT, Palmas, Brasil. **E-mail:** gilsonporto@mail.uft.edu.br

³**Formação/curso:** Doutora em Ciências Sociais. **Instituição:** CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS, MG, e FATEP – INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PIRACICABA. Piracicaba – SP, Brasil. **E-mail:** vrspers@gmail.com

⁴**Formação/curso:** Doutora em Administração. **Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT, Palmas, Brasil. **E-mail:** marlvieiracont@uft.edu.br

provenientes de recursos del DADETUR en el periodo 2015 al 2021, identificando los avances de estas obras realizadas y orientadas a la promoción del turismo para la viabilidad de la política pública turística dirigida a los balnearios paulistas. Metodológicamente el estudio es descriptivo y exploratorio, con enfoque cualitativo. La información fue recopilada entre 2017 y 2021 en la sede de la Secretaría de Turismo y Viajes del estado de São Paulo. Los resultados demostraron que la principal política pública turística del estado de São Paulo no cumple con los objetivos de la propuesta de promover el turismo para el desarrollo de la actividad, revelando que la mayoría de las áreas delimitadas en la investigación están destinadas a la realización de infraestructura básica urbana.

Palabras Clave: Turismo. Políticas públicas. Políticas públicas de turismo. Complejos turísticos. Estado de Sao Paulo.

1 Introdução

As políticas públicas de turismo são o caminho para o crescimento e fortalecimento do turismo e, no Brasil, o estado de São Paulo apresenta um cenário diferenciado para o desenvolvimento da atividade nos municípios com potencial turístico, classificando os municípios como estâncias turísticas com legislações vigentes. No estado as cidades decretadas estâncias são consideradas municípios com atrações de recursos naturais, culturais, históricos, religiosos e paisagísticos, as quais fomentam o crescimento e o desenvolvimento turístico do local (AULICINO, 2001; FINO; QUEIROZ, 2012; RAIMUNDO et al., 2010).

As Estâncias são criadas a partir de projetos de lei com o objetivo de estimular o turismo, por meio dos recursos financeiros recebidos pelo Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR), do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza existentes no território do Estado de São Paulo.

Desde a criação das primeiras estâncias, o Estado vem contribuindo para o fortalecimento e fomento do turismo dos municípios que se diferenciam em seus mais variados atrativos turísticos. Apesar de o Estado possuir 645 municípios, os recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias são contingenciados somente para as 70 cidades decretadas estâncias e 140 cidades denominadas Municípios de Interesse Turísticos – MIT.

Araújo (2016) classifica que os municípios estâncias fazem parte de um grupo de elite, que lutam para não haver mais titulação a outros municípios. A autora ainda salienta que muitas cidades conseguiram ser decretadas estâncias por jogos e interesses políticos de múltiplas vantagens partidárias com troca de favores. Acredita-se que muitos prefeitos e secretários municipais de turismo estão atuando nas estâncias turísticas em programas de obras que dão visibilidade imediata, voltadas para infraestrutura ou grandes projetos denominados “elefantes brancos”, que não trazem o real desenvolvimento do turismo no cenário sustentável a longo prazo. Isso leva a um desafio central, que é a necessidade da

profissionalização das gestões dos pleitos implantados com os recursos do DADETUR, para a formulação e execução de políticas públicas no setor do turismo focado no desenvolvimento e crescimento da atividade.

Nesse contexto, baseado na aplicabilidade da política pública de turismo do Estado de São Paulo, pautado na legislação nº 1.261/2015, que fomenta atrativos naturais, culturais ou artificiais que expressam vocação para um segmento do turismo; equipamentos e serviços turísticos; infraestrutura de apoio turístico; plano diretor de turismo; conselho municipal de turismo atuante, entre outros; enfatiza-se a investigação da pesquisa no conhecimento da aplicação dos pleitos realizados com os recursos do DADETUR nos municípios decretados estâncias.

Partindo-se desse pressuposto, a presente pesquisa tem como objetivo verificar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2021, identificando o andamento dessas obras realizadas e direcionadas ao fomento do turismo para a viabilidade da política pública de turismo voltada para estâncias paulistas.

2 Políticas públicas de turismo e planejamento

O planejamento por meio das ações das políticas públicas de turismo é o caminho mais eficaz a percorrer para o desenvolvimento do turismo, de maneira que além de ressaltar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, o turismo planejado traz melhorias a curto, médio e longo prazo (BENI, 2012; BISSOLI, 2001; DIAS, 2012; GASTAL; MOESCH, 2007; MOLINA, 2005; RUSCHMANN, 2016). O turismo e o planejamento são instrumentos de união que fortificam o desenvolvimento do setor pautado no crescimento com responsabilidade, gerando aspectos não só imediatos, mas, principalmente, voltados para o futuro embasado no desenvolvimento sustentável, no qual o turismo poderá estar resguardado para as futuras gerações.

No entendimento da política pública de turismo com o planejamento turístico, salienta-se que a compreensão possibilita a discussão do entendimento do papel do poder público e as facetas do planejamento para a execução dos resultados na aplicação de uma política pública de turismo. Na “tentativa” da melhor aplicabilidade das políticas públicas de turismo, Solha (2004) descreve que o planejamento é o melhor caminho, definido pelo: dinamismo - estar atento a todas as mudanças internas e externas que podem influenciar o processo do planejamento; flexibilidade - fazer parte de um processo que pode ser mudado; participação – poder abranger todos os envolvidos no processo de decisão; e, integração – dever abranger e integrar as outras políticas públicas para a atuação do turismo.

Nesse contexto, Goeldner, Ritchie, McIntosh (2002) e Solha (2004) salientam que a formulação de políticas públicas de turismo deve ser contemplada por um conjunto de ações que viabilizam concretizar os objetivos preestabelecidos, sendo vantajoso conhecer a diferença de política e de planejamento, apesar de ambos serem complementares.

Assim, as políticas públicas são as ferramentas de direcionamento do turismo perante os gestores e a sociedade, na intervenção de soluções reais para o fomento da atividade, com participação dos atores públicos e não públicos no direcionamento e execução das políticas de turismo.

Cruz (2016) salienta que o Estado é o maior incentivador de composição de políticas públicas, sendo o gerador e o conciliador dos conflitos referentes à população. No turismo, o Estado é o maior responsável pela materialização da conjuntura turística, como infraestrutura, saneamento básico, acessibilidade urbana, comunicação, incentivos financeiros, entre outros, sendo a maior entidade de formulação das políticas públicas emanadas por objetivos diversos para o fomento da atividade.

Enfatiza-se que as políticas públicas de turismo através do planejamento são o caminho para as ações que regulamentam o turismo e promovam a estrutura para as tomadas de decisões, beneficiando o bem-estar coletivo e fortalecendo os atrativos turísticos (BENI, 2012, 2019; CÉSAR, 2011; CRUZ, 2016; DIAS, 2012; DWYER; KIM, 2003; EL-GOHARY; OSMAN; EL-DIRABY, 2006; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; HALL; ZAPATA, 2014).

3 As Estâncias como política pública de turismo no Estado de São Paulo

A maior política pública de turismo no estado de São Paulo é a criação das estâncias, pautadas na difusão do turismo através das legislações que as favorecem com repasses financeiros por meio do DADETUR na aplicabilidade de projetos/pleitos focados no desenvolvimento do município local e regional.

A palavra “estância” se iniciou presente na Europa, especialmente nas cidades que dispunham de águas termais referenciadas como tratamento de saúde. Eram locais que ofereciam a tentativa de cura, ficando conhecidas como cidades milagrosas pelo termalismo, por meio da melhora de doenças como reumatismo, gota, artrite, esterilidade, entre outras, além da busca pelo repouso e lazer (MORAES, 2008, REJOWSK et al., 2002). Fino (2009) destaca que as estâncias são locais privilegiados por atrativos e recursos culturais, naturais, paisagísticos, históricos que geram deslocamentos de pessoas para essas localidades.

A organização administrativa das estâncias paulistas iniciou-se a partir da Constituição Estadual de 1967, em que o Governo Paulista decretou a organização dos municípios e a criação das estâncias de

qualquer natureza que deveria obedecer à aprovação dos órgãos técnicos responsáveis e da votação da maioria absoluta da Assembleia. Consideram-se os primeiros passos de uma política pública de turismo no Estado, pautada em legislações com definições de municípios que possam oferecer atrativos e infraestrutura adequada a uma população flutuante, além dos benefícios à população local.

Todavia, foi em 2015 com a aprovação da lei nº 1.261 de 29 de abril de 2015 de autoria do deputado João Caraméz, que a legislação sofreu alterações, trazendo à tona toda a estabilidade e tranquilidade das estâncias até o momento. A lei de 2015 surge como uma estratégia propulsora para o fortalecimento do turismo no estado de São Paulo, garantindo estâncias com atrativos reais e qualificados, obrigatoriedade de planos diretores de turismo, participação ativa dos Conselhos Municipais de Turismo, entre outros, o que fomenta a importância da aplicação de pleitos/projetos que possam impulsionar o crescimento do setor.

Verifica-se que a lei retrata critérios na consolidação das políticas públicas de turismo no Estado, norteando os gestores na aplicação da estruturação de atrativos pautados no planejamento participativo, por meio da atuação da sociedade civil representada por pessoas dos mais variados segmentos turísticos, além da implantação do plano diretor de turismo que serve de orientação para os gestores públicos. Nesse prisma, autores como Beni (2012), Boullon (2002), Cruz (2012), enfatizam que a participação da sociedade na implantação das políticas públicas é essencial por conhecerem a realidade dos fatos.

Além de beneficiar as 70 estâncias turísticas, a nova lei nº 1.261/2015 regulariza a classificação de mais 140 cidades consideradas Município de Interesse Turístico, totalizando 210 municípios que recebem recursos financeiros por meio do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos para o crescimento do turismo paulista.

4 Metodologia

4.1 Caracterização da pesquisa

O estudo caracteriza-se por uma postura de paradigma interpretativista, consolidada na busca dos significados da realidade, plausível de interpretação de acordo com os referenciais teóricos e os dados encontrados, norteados pela racionalidade que concede espaço a subjetividade (MORGAN, 1996). A base metodológica do estudo é pautada na pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva com análise interpretativa. Godoi, Mello e Silva (2010) evidenciam que a pesquisa qualitativa se preocupa com a percepção de uma organização, um grupo social e, em poucas amostras, aborda um universo de valores, significados, atitudes e crenças.

Na fase da pesquisa documental, ressalta-se que além das análises das legislações, portarias, documentos online, o procedimento ocorreu principalmente na busca por informações na sede da

Secretaria Estadual de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. Yin (2016) salienta que para a pesquisa documental, é importante realizar a visita técnica para poder colher todas as informações possíveis por meio de anotações, registros, relatórios e documentos que possam ser disponibilizados para o pesquisador somente in loco, o que foi realizado para o presente estudo.

A coleta das informações por meio das visitas de campo aconteceu no ano de 2018, 2019 e 2021 na sede da Secretaria de Turismo e Viagens do estado de São Paulo na cidade de São Paulo. Além das pesquisas em campo, ocorreram conversas realizadas por e-mail e aplicativos WhatsApp. Nessa fase da pesquisa, teve-se o conhecimento do Sistema Integrado de Convênios (SIC) do Governo do estado de São Paulo que organiza a gestão de convênios, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 - Coleta dos dados

	Período	Coleta de dados online, publicações, atos oficiais, documentos, artigos, teses e dissertações				Coleta de dados documentais realizados pessoalmente na Secretaria de Turismo do Estado			Coleta e confirmação de dados por meio de aplicativos celulares e e-mails		
		2017	2018	2019	2021	2018	2019	2021	2018	2019	2021
Coleta de dados de análise	janeiro										
	fevereiro							*			
	março										
	abril									*	*
	maio									*	*
	junho						*	*		*	*
	julho									*	*
	agosto									*	*
	setembro							*		*	*
	outubro					*		*		*	
	novembro										
	dezembro										

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

* Disponibilização dos dados do sistema SIC da Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo.

Essa fase da pesquisa documental pôde ser considerada uma técnica de grande exaustão e persistência, na qual os primeiros contatos com os documentos existentes sobre o tema foram adquiridos, além das leis, portarias, emendas, entre outros documentos. Para tanto, durante a pesquisa documental foi disponibilizado o acesso aos dados do sistema SCI desde o ano de 2015, que em conjunto com os demais documentos encontrados auxiliaram na compreensão para melhor compilação dos dados em

relação aos pleitos conveniados e a situação do andamento das obras entre as estâncias e o Governo Estadual.

Na análise dos dados, por meio de uma visão sistêmica, verificou-se o todo por meio de interpretações dos dados obtidos, o que implicou na possibilidade de refletir, pensar e conhecer a realidade. Para esse momento, a pesquisa optou pela interpretação e transcrição manual, não utilizando nenhum software específico. Nessa análise, as categorias foram construídas fundamentada nos objetivos da pesquisa de verificar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2021, identificando o andamento dessas obras realizadas e direcionadas ao fomento do turismo.

Todavia, para melhor compreensão dos pleitos na análise dos objetivos propostos de averiguar os projetos procedentes dos recursos do DADETUR, emergiram-se as categorias denominadas: obras finalizadas; obras em andamentos; obras não iniciadas. A criação dessas categorias foi importante para o entendimento total das obras que estão sendo realizadas no Estado, oriundas dos recursos destinados ao turismo, enfatizando que existem grandes possibilidades de pleitos com convênios assinados disponibilizados no SIC, que podem não ser concretizados por motivos administrativos e/ou políticos, implicando na não realização do pleito no futuro.

Assim, para melhor compreensão do objetivo proposto na pesquisa as categorias foram denominadas para o período de análise de 2015 a 2021 de:

- **Obras finalizadas:** são os projetos que apresentaram o índice percentual de conclusão de obra de 95% a 100% na tabela SIC do Governo Estadual, considerando que essas obras obedeceram aos trâmites burocráticos dos convênios com o Estado de São Paulo.
- **Obras em andamentos:** referem-se às obras iniciadas e as obras paradas que ainda continuam no processo de construção, independentemente da situação do andamento do projeto por motivos variáveis como a falta de aprovação de prorrogação de prazo, término de contrato com a construtora, falta de documentação, dentre outros motivos.
- **Obras não iniciadas:** são obras que após aprovados pelo COC e conveniadas com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, não conseguiram dar início ao projeto por algum motivo, como a falta de documentação, mudança do pleito, perda de prazos, entre outros.

Com a categorização para identificar o andamento das obras, seguiu-se para a verificação dos pleitos procedentes dos recursos do DADETUR, denominadas subcategorias pautadas na correlação dos projetos com a conceituação de produtos turísticos elencados pela combinação dos elementos da infraestrutura que dão suporte ao desenvolvimento da atividade turística (BENI, 2019; BOULLON,

2002; COOPER et al, 2001; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008; RUSCHMANN, 2016; VALLS, 2006).

Nessa linha de pensamento, estruturada nos elementos do sistema turístico de Leiper (1979, 1990), Beni (2019) e Boullón (2002), fundamentadas por Barreto (2000), Lohmann e Panosso Netto (2008) o modelo de análise das subcategorias analisadas sob a ótica do nome do pleito apresentado pelo município e disponibilizado com o nome de “objeto” no Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo é constituído pelas subcategorias denominadas de infraestrutura de acesso; infraestrutura básica urbana; infraestrutura turística; infraestrutura de apoio; atrativo natural; e atrativo cultural, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias e subcategorias de análise dos pleitos

Categorias	Subcategorias	Análise
Obras finalizadas Obras em andamento Obras não iniciadas	Infraestrutura de acesso	Estruturas fundamentais para a ligação do local de residência ao destino turístico. Indispensável para o autóctone. Estradas, viadutos, portos, aeroportos, metrô, trens, rodoviárias.
	Infraestrutura básica urbana	Estruturas fundamentais para o autóctone. Ruas, sarjetas, guias, saneamento, pavimentação, revitalização e urbanização de ruas, pontos de ônibus, praças públicas, mobiliário urbano.
	Infraestrutura de apoio	Estrutura fundamental para um município e de grande utilidade do turista, sendo indispensável para o turismo (autóctone + turista). Postos de gasolina, farmácias, hospitais, bancos, loja de souvenirs, mercados, restaurantes, parque de exposição, centro de eventos, portais, equipamentos desportivos.
	Infraestrutura turística	Estrutura que foram motivadas pelo interesse do turismo (turista). Hotéis, agências, trens turísticos, posto de informações turísticas, sinalização turística padronizada.
	Atrativo natural	Atrativos naturais. Monumento, revitalização. Podem ser classificados como bosques, orlas, rios, lagos, cachoeiras, represas.
	Atrativo cultural	Atrativos culturais. Monumento, revitalização, revitalização de patrimônio edificado para outra função. Podem ser classificados centros culturais, galerias, museus, obras de valor cultural local, arquitetura religiosa, arquitetura militar, exposições, festivais, planetários, parques temáticos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Enfatiza-se que, nessa etapa da análise das subcategorias, a pesquisa deteve bastante cautela na categorização, fase do estudo na qual procedeu-se por uma análise aprofundada na leitura e na compreensão dos pleitos selecionados na pesquisa, analisando e fazendo uma reanálise de validação para averiguação dos resultados dos dados encontrados para discussão. Foi enfatizada a categorização do andamento das obras para que o leitor possa compreender que o estudo está pautado em projetos finalizados, outros em fase de andamento e os que ainda nem saíram do papel até o momento da pesquisa.

4.2 Construção da amostra

Com o acesso ao sistema integrado de convênios (SIC) do Governo Estadual, foi possível observar a totalidade dos pleitos cadastrados no sistema e o andamento desses projetos pelas estâncias e pelos municípios de interesse turísticos. Assim, para a adequação e organização das categorias procedeu-se inicialmente o critério temporal de 2015 a 2021, excluindo os demais anos encontrados. Após o critério cronológico escolhido, deu-se a exclusão dos municípios cadastrados como municípios de interesse turísticos (MIT), sobressaindo apenas as 70 estâncias turísticas decretadas até o ano de 2021, conforme ilustra o Quadro 3.

Quadro 31 - Estâncias Turísticas decretadas antes da legislação do ranqueamento realizado em 2021

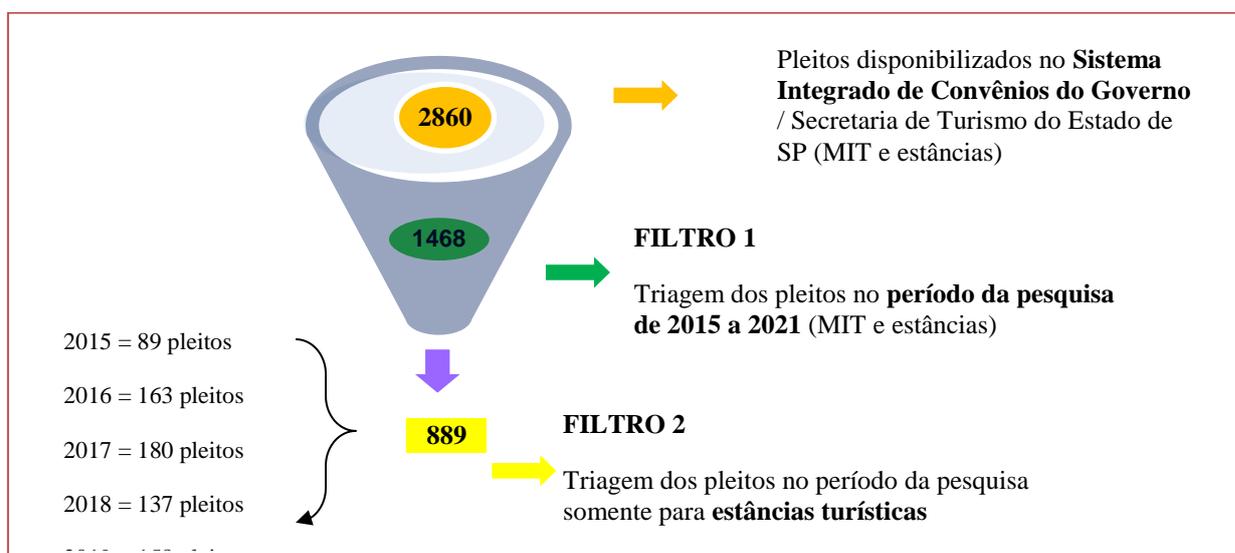
Águas da Prata	Guarujá	Poá
Águas de Lindóia	Holambra	Praia Grande
Águas de Santa Barbara	Ibirá	Presidente Epitácio
Águas de São Pedro	Ibitinga	Ribeirão Pires
Amparo	Ibiúna	Salesópolis
Analândia	Igaraçu do Tiete	Salto
Aparecida	Iguape	Santa Fé do Sul
Atibaia	Ilha Comprida	Santa Rita do Passa Quatro
Avaré	Ilha Solteira	Santo Antônio do Pinhal
Bananal	Ilhabela	Santos
Barra Bonita	Itanhaém	São Bento do Sapucaí
Batatais	Itu	São José do Barreiro
Bertioga	Joanópolis	São Luiz do Paraitinga
Bragança Paulista	Lindóia	São Pedro
Brotas	Mongaguá	São Roque
Cacônde	Monte Alegre do Sul	São Sebastião
Campos do Jordão	Morungaba	São Vicente
Campos Novos Paulista	Nuporanga	Serra Negra
Cananéia	Olímpia	Socorro
Caraguatatuba	Paraguaçu Paulista	Tremembé
Cunha	Paranapanema	Tupã
Eldorado	Pereira Barreto	Ubatuba
Embu das Artes	Peruíbe	
Guaratinguetá	Piraju	

Fonte: Manual do DADETUR (SÃO PAULO, 2020)

Diante da categorização e subcategorias dos pleitos selecionados procedentes com os recursos do DADETUR no período temporal de 2015 a 2021, observa-se um montante de 889 pleitos, que quando difundido pelo critério tempo, nota-se que o ano de 2017 foi o período que mais realizou a celebração

de convênios entre as estâncias e a Secretaria de Turismo do Estado com 180 pleitos disponibilizados no SIC. O ano de 2016 aparece com 163 pleitos, enquanto o ano de 2021 com 162 pleitos. Ressalta-se que o ano 2020 não teve nenhum pleito encaminhado para convênio com a Secretaria de Turismo do estado, devido ao momento vivido pelo novo vírus denominado SARS-CoV-2, em outras palavras, a pandemia da COVID-19, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 - Procedimento da análise para seleção dos pleitos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Nesse diapasão, a Figura 1 ilustra as etapas dos dados escolhidos sobre os pleitos do sistema integrado de convênios apresentado pela Secretaria de Turismo e Viagens do Governo Estadual de São Paulo para a análise. Ressalta-se que, na análise, as estâncias não são identificadas, pois o que se analisa é a aplicabilidade funcional dos pleitos e o seu andamento, não os pleitos escolhidos por estâncias.

5 Resultados

5.1 Análise dos pleitos das estâncias no estado de São Paulo

Na compilação de todos os pleitos apresentados ao DADETUR no período do estudo, observa-se um montante de 889 projetos distribuídos em 6 anos, que caracteriza uma média de 148 obras por ano, o que evidencia uma grande distribuição de recursos e projetos de turismo no Estado para o fomento e crescimento da atividade.

Conforme exposto na metodologia, para melhor compreensão dos projetos na análise dos objetivos propostos de averiguar os pleitos de forma a identificar o andamento dos projetos procedentes

dos recursos do DADETUR, a pesquisa denominou as categorias: obras finalizadas, obras em andamentos e obras não iniciadas, difundidas nas subcategorias apresentadas no estudo.

Categoria – obras finalizadas/encerradas

Nessa análise de discussão, nota-se o total de 231 pleitos finalizados, representando apenas 25,98% de obras concluídas até a data da pesquisa março de 2022. Evidencia-se um índice de pouca produtividade de obras perante a legislação para o fomento do turismo, ressaltando uma produção de infraestrutura de baixo índice de conclusão comparado com a totalidade dos fatos. Sob a análise dessa categoria, observa-se que os pleitos apresentados no ano de 2016 foram os que apresentaram os maiores índices de obras concluídas, com 29,44%, seguido dos pleitos conveniados no ano de 2015, com 26,41%, e os objetos apresentados no ano de 2019, 2018 e 2017 com 25,54%, 3,46% e 15,15%, respectivamente.

Todavia, sob a análise das subcategorias com o objetivo de compreender as obras que foram realizadas e terminadas para o fomento do turismo no estado de São Paulo, a análise das subcategorias é pautada no desenvolvimento do turismo através da legislação das políticas públicas de turismo no Estado. Através dos recursos disponibilizados pelo DADETUR, os municípios decretados estâncias possuem por lei recursos financeiros para realizar projetos de infraestrutura que beneficiem o crescimento do turismo.

Na análise das subcategorias verifica-se que a maioria dos pleitos é de domínio de infraestrutura básica urbana, representada por 54,98% de projetos que apresentam estruturas fundamentais para os autóctones. Ressalta-se que a função da base do pleito é destinada para o morador, e apesar de ser de utilidade para o turista, o principal objetivo da infraestrutura é estruturar o município na funcionalidade para o autóctone. Lohmann e Panosso Netto (2008) salientam que apesar de muitos projetos serem classificados como obras de infraestrutura básica, o turismo não se desenvolve sem essa infraestrutura urbana, valendo-se da frase de que uma cidade só é boa para o turista quando for primeiramente boa para o morador.

Na subcategoria de infraestrutura básica urbana, evidencia-se que a maioria dos pleitos é destinada à pavimentação de ruas principais da cidade e de ruas que ligam pontos estratégicos a destinos turísticos. Sucessivamente, aparecem pleitos direcionados para obras de revitalização de avenidas com melhorias nas calçadas e troca de iluminação por lâmpadas de *led*, revitalização de praças públicas, além de construção e remodelação de paisagismo nas avenidas centrais da cidade. Ao analisar os objetivos dos pleitos no sistema SIC, nota-se que a apesar dos nomes dos projetos serem de revitalização,

remodelação de vias e urbanização, o que se realiza são pavimentações de ruas que fazem a ligação do turismo para ruas centrais dos municípios, além de canteiros que embelezam o local.

Apesar de ser fundamental para o fomento do turismo, a subcategoria infraestrutura básica urbana evidencia um percentual com mais da metade dos pleitos destinados a obras finalizadas no período de 2015 a 2021. Ressalta-se que a maioria das estâncias recebem incentivos financeiros do DADETUR há mais de 15 anos, demonstrando que apesar do tempo cronológico da aplicação dos recursos, muitas estâncias ainda apresentam pleitos de ordem urbana básica sem representatividade para um turismo de impacto voltado a projetos com atrativos reais e potenciais.

Após a evidência da maioria dos pleitos destinados a infraestrutura urbana básica, verifica-se que a infraestrutura de apoio é a segunda elencada, com 18,61% dos projetos conveniados com o Estado. Essa subcategoria releva pleitos que são de estrutura fundamental para o município e de grande utilidade ao turista, sendo indispensável para o desenvolvimento do turismo. Observa-se também que a maioria dos pleitos apresentados é focada para a revitalização de equipamentos desportivos e lazer, como: construção de centros desportivos; construção de áreas de alimentação; construção e reformas de ciclovias; construção ou reformas de centros de eventos; construção de *boulevard* (calçadões revitalizados); construção de portais de entrada; revitalização e construções de centros de eventos.

Seguindo essa linha de infraestrutura que beneficia o autóctone, elenca-se a infraestrutura de acesso que é direcionada aos pleitos que estruturam o acesso do turista ao destino, que também são indispensáveis para os moradores. Nessa análise da pesquisa de infraestrutura de acesso o resultado é de apenas 5,63% das obras finalizadas. Nota-se que a maioria dos projetos foram para reforma, revitalização de terminais rodoviários municipais, estrutura na abertura e prolongamento de estradas e viadutos que ligam a destinos turísticos.

Observa que a maioria dos pleitos elencados na categoria de obras finalizadas no período da pesquisa foi destinada para projetos que têm a função de beneficiar o autóctone, evidenciando um total de 79,2%, correspondente a somatória do percentual da subcategoria de infraestrutura básica urbana, de apoio e a de acesso, conforme ilustra a Tabela 1, com a totalidade de todas as subcategorias das categorias de obras finalizadas.

Tabela 1 - Subcategorias das obras finalizadas

Subcategoria	Obras finalizadas	%	Somatória dos %
Infraestrutura de acesso	13	5,63	79,2%
Infraestrutura básica urbana	127	54,98	
Infraestrutura de apoio	43	18,61	
Infraestrutura turística	13	5,63	20,8%
Atrativo natural	20	8,66	
Atrativo cultural	15	6,49	
Total	231	100,00	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Quando se analisa as subcategorias que correspondem à função da atividade turística, evidencia-se que a infraestrutura turística representa 5,63% dos pleitos das obras finalizadas. Nota-se que a aplicação desses projetos que correspondem a essas estruturas foi motivada pelo interesse do turismo no município, destacando a figura do turista e não do autóctone. A pesquisa revela que, dentre os projetos apresentados, tem-se a maioria focada para a construção de centro de informações turísticas e sinalização turística.

Apesar da subcategoria de infraestrutura turística estar voltada para a efetividade do turista, toda estrutura realizada pelo interesse do turismo beneficia a comunidade como um todo (BARRETO, 2000). Ademais, enfatiza-se que essa subcategoria não apresenta apenas projetos que são de funcionalidade somente para o turista, mas pleitos que foram concebidos pela cidade ser considerada uma estância turística. Dias (2012) descreve que ampliar a diversidades dos produtos oferecidos é fundamental para aumentar a permanência do turista no destino.

A análise da subcategoria dos atrativos naturais e culturais é embasada por Barreto (2003), que descreve que os atrativos turísticos são formados pelos recursos naturais e culturais disponíveis no ambiente. Os recursos naturais são classificados como geomorfológicos (lagoas, vulcões, represas, litoral e relevo), biogeográficos (agrupamentos vegetais e animais), e os mistos (combinação de geomorfológicos e biogeográficos). Já os recursos culturais podem ser classificados como históricos (artefatos, patrimônios tombados), contemporâneos (obras de arte, museus, instituições de cultura), e contemporâneos comerciais (parques temáticos, balneários, autódromos, entre outros (BARRETO, 2003).

Os pleitos revelados na subcategoria de atrativos naturais e culturais somam 15,2%, sendo 8,66% revelado para atrativo natural e 6,49% para atrativos culturais. Na subcategoria de atrativos naturais têm-se os pleitos de: revitalização de lagos; construção e revitalização de bosque e parque natural municipal; valorização e revitalização de orlas; revitalização de parque ecológico. Quanto aos atrativos culturais, há pleitos como: construção ou revitalização de monumentos culturais; revitalização de vila cultural; revitalização de escadaria com valorização cultural e turística; construção da cidade temática das crianças, revitalização de centro de artesanato e centro cultural.

Ressalta-se que apesar de haver a política pública de turismo no Estado focada no objetivo de beneficiar financeiramente as estâncias para a execução de projetos que fomentam o turismo, a maioria dos pleitos não apresenta planejamentos de longo prazo para o desenvolvimento da atividade. Enfatiza-se que apesar das legislações paulista de fomento ao turismo solicitarem a obrigatoriedade da participação da sociedade civil por meio do COMTUR nas aprovações dos pleitos, observa-se a falta de consciência e conhecimento dos conselhos de turismo sobre crescimento e fomento da atividade, demonstrado pelos pleitos de finalidade imediatista e de infraestrutura básica.

Corroborando, Beni (2006) salienta que apesar das políticas públicas de turismo estarem em crescente aplicação dos programas disponíveis, é possível verificar muitos desacertos de ausência de orientação de projetos pautados em objetivos e estratégias com metodologias que implicam em resultados em longo prazo para a efetivação do turismo.

Apesar de a pesquisa considerar de ordem relevante os projetos de infraestrutura para o fomento do turismo, destaca-se que o período analisado no estudo revela muitos projetos de infraestrutura básica com os recursos financeiros do DADETUR nos anos de 2015 a 2021, esclarecendo que a legislação das estâncias e a disponibilização dos recursos são datadas há mais de 20 anos. A confirmação dos resultados de que as obras estão sendo mais direcionadas para os pleitos de revitalização de infraestrutura básica pode ser validada por meio da Figura 2, que ilustra a contagem de palavras mais repetidas dentre os pleitos de obras finalizadas no sistema SIC.

quando se trata de recursos que foram destinados por lei para execução de projetos de desenvolvimento de programas de melhoria de equipamentos turísticos.

Dentre os pleitos enumerados na subcategoria de infraestrutura urbana básica, os maiores projetos são para revitalização de ruas urbanas, pavimentações, revitalizações de avenidas, infraestrutura asfáltica, revitalização e reforma de praças, troca de sistema de iluminação, dentre outros de mobilidade urbana. Todavia, a maioria dos resultados dos pleitos dos municípios diverge da realidade da teoria da lei nº 1.2162/2015, em que os gestores municipais deveriam estar apresentando pleitos difundidos na preocupação do futuro do turismo, salientando demanda crescente do fluxo turístico, equipamentos, serviços e atrativos turísticos.

Ainda assim, a subcategoria de infraestrutura de apoio aparece com 21,5% com projetos destinados para construção de centro de eventos, revitalização de ciclovias, construção de equipamentos de lazer, reformas e construção de teatros multiuso e de arena, sistema de monitoramento, revitalização e construção de portais de entrada e revitalização e urbanização de *boulevard*. Para tanto, a subcategoria de infraestrutura de acesso apresenta 4,05% para projetos de modernização de terminal rodoviário, obras de infraestrutura de acesso às estradas de destino turístico, implantação de sistema viário e construção de terminal para embarque de passageiros com atracadouros flutuantes.

Destarte, assim como a categoria de obras finalizadas, a categoria de obras em andamento apresenta o mesmo caminho, demonstrando que a maioria dos pleitos estão destinados a projetos de infraestrutura na finalidade principal de beneficiar o autóctone, visualizando a totalidade de 72% dos pleitos atribuídos para obras de infraestrutura básica urbana, de apoio e de acesso, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das obras em andamentos

Subcategoria	Obras em andamento	%	Somatória dos %
Infraestrutura de acesso	13	4,05	72%
Infraestrutura básica urbana	149	46,42	
Infraestrutura de apoio	69	21,50	
Infraestrutura turística	20	6,23	28%
Atrativo natural	40	12,46	
Atrativo cultural	30	9,35	
Total	321	100,00	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Todavia, as subcategorias que estão diretamente direcionadas ao turismo na categoria de obras em andamento apresentam 28% de infraestrutura turística, atrativo natural e atrativo cultural, equivalendo a quase 8% a mais do que a categoria das obras finalizadas, a qual ilustrou 20,8% nessa mesma somatória de subcategorias.

Ressalta-se que dentre os pleitos apresentados na infraestrutura turística, 6,23% dos projetos são direcionados para obras de sinalização turística e construção ou revitalização de centro de informação ao turismo. Já os atrativos naturais se destacam mais que os culturais, com 12,46% e 9,35%, respectivamente. Dentre os naturais, a pesquisa demonstra pleitos para revitalização de parques naturais, bosques, lagoas, represas, orlas e cachoeiras. Os culturais são representados por remodelação de hotel turístico de valor cultural, construção de museu ferroviário, construção ou revitalização de centro cultural e artístico, restauração de salas culturais tombadas e construção de parque cultural da criança.

Nessa fase da análise, evidencia-se que, apesar do resultado ilustrar somente 28% de projetos direcionados diretamente ao turismo, alguns pleitos estão descritos em fases, revelando a continuidade de obras que abarcam a preocupação dos gestores em criar atrativos de grande validação e atratividade para o fomento do turismo, evitando, assim, projetos imediatistas e populistas. Todavia, os resultados dos pleitos são voltados para obras de infraestrutura básica urbana, infraestrutura de apoio e infraestrutura de acesso, como ilustra a Figura 3 com a repetição das palavras mais enunciadas na categoria analisada.

Figura 3 - Nuvem de palavras da categoria de obras em andamentos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Mais uma vez os resultados confirmam o pressuposto da pesquisa, de que a maioria dos projetos realizados pelos recursos do DADETUR não estão tendo destinação em obras voltadas para o fomento do turismo. Logo, evidencia-se que a preocupação dos gestores municipais está mais direcionada para projetos de execução de infraestrutura básica urbana do que para projetos de fomento real do turismo, validando a afirmação na contagem de palavras por meio da Figura 3, que traz as palavras revitalização

e infraestrutura como as mais destacadas na denominação dos pleitos conveniados com a Secretaria de Turismo do Estado na categoria de obras em andamentos.

Categoria – obras não iniciadas

Essa categoria se classifica pelos pleitos que foram aprovados e conveniados pela secretaria de Turismo do Estado e ilustram um percentual de 0% na planilha de execução de obras no sistema SIC do Governo do Estado da Secretaria de Turismo preenchida pelos técnicos e engenheiros do Estado. A falta de início das obras pode ser elencada por vários fatores como mudança de pleito, perda de prazos, liberação de aprovação de mudança de projeto, falta de documentação, atraso da empreiteira, aditamento de projeto, cancelamento com convênio, dentre outros fatores.

Verifica-se no sistema SIC que 337 pleitos apresentam um percentual de 0% de execução de obras, categorizadas na pesquisa como obras não iniciadas ou obras que ainda não foram licitadas, representando um total de 37,91% dos pleitos no período de análise. Isso revela ser um dado de grande impacto para os resultados finais, pois quase um terço das obras elencadas na pesquisa que fazem parte do programa de políticas públicas de turismo no Estado não conseguiram sequer sair do papel, resultando em uma conjuntura real da má gestão da aplicabilidade dos recursos para o fomento do turismo no Estado.

Todavia, salienta-se que dos 337 pleitos, quase a metade no total de 158 projetos encontram-se em processo de licitação, configurando o ano de 2021 de muitos pleitos em atraso devido ao momento pandêmico vivido no ano de 2020, a COVID-19.

Quando se analisa os pleitos das subcategorias das obras não iniciadas, observa-se que os resultados não diferem das demais categorias apresentadas pela pesquisa, na qual a subcategoria de infraestrutura básica urbana se destaca das demais subcategorias. Destarte, a subcategoria de infraestrutura básica urbana representa 36,8% da totalidade dos pleitos da categoria de obras não iniciadas, sendo projetos para tratamento de drenagem, água e esgoto, construção e revitalização de praças, pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas, iluminação de alamedas e reformas de calçadas.

Os pleitos relacionados na subcategoria infraestrutura de apoio representam 22,26% da totalidade das obras não iniciadas com projetos direcionados para construção de portal da cidade, construção ou revitalização de arena e centros de eventos, construção ou reformas de *boulevard*, revitalização de píer e sistema de monitoramento. Já as obras destinadas para a infraestrutura de acesso

aparecem com 3,26% dos pleitos voltados para projetos de revitalização de sistema viário de acesso aos municípios.

Nessa síntese, tem-se a somatória das subcategorias de infraestrutura básica, infraestrutura de apoio e infraestrutura de acesso representada com 62,3% dos projetos em obras não iniciadas. Revela-se, mais uma vez, que apesar de serem projetos conveniados mais recentemente, o que justificaria o não início da maioria das obras, os direcionamentos dos pleitos não diferem da totalidade das demais categorias em relação às subcategorias, demonstrando que a maioria dos pleitos apresentados na pesquisa foi elencada nas subcategorias de infraestrutura de finalidade ao autóctone. Para melhor compreensão, a Tabela 3 ilustra as subcategorias de obras não iniciadas sistematizadas no período da pesquisa.

Tabela 3 - Subcategorias das obras não iniciadas no período da pesquisa

Subcategoria	Obras não iniciada	%	Somatória dos %
Infraestrutura de acesso	11	3,26	62,3%
Infraestrutura básica urbana	124	36,80	
Infraestrutura de apoio	75	22,26	
Infraestrutura turística	23	6,82	37,7%
Atrativo natural	62	18,40	
Atrativo cultural	42	12,46	
Total	337	100,00	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Dentre as subcategorias que melhor fomentam o deslocamento de pessoas para os destinos turísticos das estâncias, a pesquisa revela que 18,4% dos pleitos estão destinados para infraestrutura de atrativos naturais, destacando obras de revitalização de parques naturais e bosques, urbanização de lagoas, revitalização de orlas e revitalização de represas. Já a subcategoria de atrativos culturais representa 12,46% dos pleitos, com projetos de revitalização de monumentos artísticos, parques culturais, construção de centros artísticos, implantação de complexos turísticos, reforma de estação ferroviária, construção de parque do índio e restauro de bonde turístico.

A subcategoria infraestrutura turística de projetos que são de manifestação do turismo voltados ao turista é representada com 6,82% da totalidade dos pleitos de obras não iniciadas, elencadas com projetos de sinalização turística, ampliação ou reforma de posto de atendimento ao turismo e adequação de totens para atender às necessidades dos turistas.

estâncias turísticas mostra-se ineficiente. A apresentação dos projetos/pleitos não demonstra o dinamismo de estar atento às mudanças, conforme a última legislação de 2015, a qual apresentou expressivos atrativos turísticos de caráter natural, cultural ou artificial. Ainda assim, a pesquisa revela muitos pleitos de caráter estrutural básico nos anos de 2015 a 2021, sem o “olhar” de direcionamento para o fomento do turismo no Estado.

6 Considerações Finais

Os dados apontam que a maioria das obras provenientes do DADETUR não corresponde aos objetivos da principal política pública de turismo do Estado de São Paulo, que é difundir o turismo pautado nas premissas da legislação nº 1.261/2015, difundido no planejamento assertivo da aplicação dos planos diretores de turismo, da participação dos conselhos municipais de turismo e no desenvolvimento de projetos que realmente alavancam o cenário turístico.

Partindo da premissa dos objetivos da pesquisa de verificar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2021, identificando o andamento dessas obras realizadas e direcionadas ao fomento do turismo para a viabilidade da política pública de turismo voltadas para as estâncias paulistas, o estudo considera que os projetos realizados com os recursos financeiros do DADETUR não estão sendo destinados a obras voltadas para o fomento do turismo. Assim, revela-se que a maioria dos pleitos elencados foram para a realização de obras de infraestrutura básica urbana, fomentados para infraestrutura voltada ao autóctone, que representou a totalidade de 70% para obras de execução de infraestrutura básica urbana, de apoio e de acesso, enquanto os pleitos que mostraram estruturas direcionadas ao turismo somaram apenas 30% na totalidade das categorias de análise do andamento das obras.

Nessa linha de pensamento, acredita-se que a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre com os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento do interior paulista, demonstrando que a maioria dos projetos são para execução de obras de infraestrutura básica urbana e não para o desenvolvimento efetivo do turismo.

Apesar da pesquisa revelar resultados pertinentes ao cenário turístico, como limitação a pesquisa enfatiza a falta de sistematização dos dados alocados no sistema integrado de convênios do Governo do Estado de São Paulo. Apesar de o sistema ilustrar os pleitos com muitas informações (nomes, objeto, resumo do objeto, situação, valores, número do convênio, observações, datas de assinaturas, data de término do convênio, percentual de execução de obras e número das parcelas financeiras disponibilizadas), muitos pleitos disponibilizados no sistema não apresentavam dados mais específicos

sobre o projeto. Como exemplo, pode-se citar a coluna de resumo de objeto e a coluna de observações, as quais eram repetidas e não expressavam a realidade do pleito na justificativa para obras indutoras do turismo.

Outra limitação apresentada é a mudança de gestões políticas ocorrida no percurso da pesquisa, o que trouxe falta de continuidade das análises e dos comportamentos de gestão na Secretaria de Turismo e Viagens do Estado. As mudanças políticas ocorridas no percurso de mandatos são fortes limitações de estudos de políticas públicas governamentais.

Ainda assim, diante da efetivação da política pública de turismo do estado de São Paulo, observam-se poucas pesquisas que evidenciam os resultados das ações de políticas públicas de turismo (RIGOLDI et al., 2021), principalmente quando as ações decorrem de projetos turísticos com aplicabilidade de recursos financeiros por meio de uma política pública de turismo de Estado.

Para estudos posteriores sugere-se ampliar a amostra, analisando também os pleitos dos municípios de interesses turístico para uma contextualização de conflitos entre cidades estâncias e as de interesse turístico. Salienta-se também estudos que possam analisar os planos diretores de turismo das estâncias, contrapondo a realização dos pleitos/projetos na verificação da aplicação mais assertiva dos recursos do DADETUR, visto que podem surgir novas perspectivas para a contribuição da aplicação da legislação de 2015 no cenário turístico do Estado.

A pesquisa não tem a intenção de cessar o assunto, mas de aprimorar e contribuir para a relação da acadêmica com a sociedade, corroborando com o conhecimento de ações que revelam aplicações de recursos públicos.

Referências

ARAÚJO, C. M. Novos rumos para o turismo do estado de São Paulo: do projeto de lei complementar 32/2012 à aprovação da lei complementar n.32/2015. **Revista Anais Brasileiro de Estudos Turísticos**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 58-71, 2016.

AULICINO, M. P. **Turismo e estâncias**: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 2001.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização do turismo**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

BARRETO, M. et al. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. São Paulo: Papyrus, 2003

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac, 2019.

BENI, M. C. **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Manole, 2012.

BENI, M. C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, Série Turismo, 2006.

BISSOLI, M. A. M A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistema de informação**. 2.ed. São Paulo: Futura, 2001.

BOULLON, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

CÉSAR, P. A. B. **Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico**. Bauru: Educs, 2011.

COOPER, C. et al. **Turismo princípios e pratica**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRUZ, R. de C. Políticas públicas de turismo no Brasil e pesquisa interdisciplinar: uma análise sobre o passado e o presente e reflexões sobre o futuro. *In: AZEVEDO, M. de. et al. (Org). **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas***. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. (Ebook).

DIAS, R. **Planejamento do turismo política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Altas, 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DWYER, L.; KIM, C. Destination competitiveness: determinants and indicators. **Current Issues in Tourism**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 369-414, 2003.

EL-GOHARY, N.; OSMAN, H. EL-DIRABY, T. Stakeholder management for public private partnerships. **International Journal of Project Management** [S. l.], v. 24, n.7, p. 595-604, 2006.

FINO, P. M. **Estância turística de Salto – SP: Turismo por Decreto**. 2009. 160f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Centro Universitário de Araraquara - UNIARA, São Paulo, 2009.

FINO, P. M.; QUEIROZ, O. Políticas públicas de turismo no estado de São Paulo: evolução da legislação no caso das estâncias. *In: 5º CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO TURÍSTICA*, 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: EACH/USP, p. 1-15, 2012.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman. 2002.

HALL, C. M; ZAPATA. C. Public Administration and Tourism – International and Nordic perspectives introduction to the special issue. **Scandinavi na Journal of Public Administration**, Göteborg, v. 18, n. 1, p. 3 –17, 2014.

LEIPER, N. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry. **Annals of Tourism Research**. Great Britain, v. 6, n. 4, p. 390-407, 1979.

LEIPER, N. **Tourism systems: an interdisciplinary perspective**. Nova Zelândia: Department of Management Systems, Massey University, 1990.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: EDUSC, 2005.

MORAES, A. O Turismo nas Estâncias Termominerais – O Caso da Estância Termomineral em Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas – SC Brasil. **Revista Turydes**, Havana, v.1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/02/agm.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: São Paulo: Atlas, 1996.

RAIMUNDO, S. et al. Análise da Cronologia de Criação das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. 7, 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2010.

REJOWSKI, M. et al. Desenvolvimento do turismo moderno. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIGOLDI, A. G. M.; SPERS, V. R. E.; VIEIRA, M. T.; MORALES, A. G.; CREMONEZI, G. O. G. Análise bibliométrica da produção científica da relação turismo e planejamento. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, .7, n.3, p.29217-29235, 2021.

RUSCHMANN, D. V. **Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus (Edição Digital), 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Manual do DADETUR**. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2020.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. 178f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2004.

VALLS, J. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.